

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



Mala Direta
Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1144

18 a 24 de julho de 2011

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Cadê a logística?

0 transporte em marcha lenta





Fotos: Arquivo

Um porto

Nilson Hanke Camargo, engenheiro-agrônomo do DTE/FAEP



O porto movimentou mais de 38 milhões de toneladas, sendo aproximadamente 27 milhões provenientes das atividades do agronegócio

- 2 Logística**
O Paraná esquecido

- 8 Meio Ambiente**
O que se discute no Senado

- 10 Efeito estufa**
Agricultura de baixo carbono

- 12 Pronaf**
Recursos para Agricultura Familiar

- 15 Suínos**
Os apelos da FAEP

- 16 Jurídico**
A Cédula do Produtor Rural

- 18 Conexão Rural**
Sua terra no Google

- 20 Sindicatos**
PDS: Programa de resultados

- 22 Mel**
Sanidade apícola

- 23 Subsídios**
Ao Seguro Rural

- 24 VBP**
Quase R\$ 200 bilhões

- 26 Via Rápida**
Os compositores, Dom Pedro II, Curtas, Relâmpado, Maré, Sono, Gillette, Penicilina e Xixi

- 28 Cursos**
Artesanato, Mulher Atual, JAA, etc

empacado

**Em uma década
Paranaguá triplicou
seu movimento, mas
não se modernizou**



1990.

O porto de Paranaguá, líder nacional na movimentação de cargas do agronegócio, especialmente de grãos sólidos, movimentou nesse ano 13 milhões de toneladas, entre produtos exportados e importados. Possui uma boa estrutura de bases físicas e equipamentos para essa movimentação.

2010. O porto movimentou mais de 38 milhões de toneladas, sendo aproximadamente 27 milhões provenientes das atividades do agronegócio. A mesma estrutura de 20 anos passados se mantém, não havendo nesse período nenhum investimento que tenha agregado melhorias. Ao contrário, todas as instalações se deterioraram e alguns equipamentos ficaram obsoletos.

Pelas condições atuais em que o porto vem operando, com baixa produtividade e gargalos cada vez maiores, os prejuízos e altos custos acabam ficando para o elo mais frágil da cadeia. No caso das commodities agrícolas, fica para o produtor rural.

Antes mesmo desse processo de altos prejuízos econômicos repassados aos produtores rurais se agravarem, a FAEP passou a estudar e identificar os problemas e a pressionar os responsáveis pelas soluções.

Há 10 anos a FAEP vem apontando os problemas logísticos portuários e solicitando os investimentos necessários para a solução dos problemas. Exceto uma dragagem de manutenção da profundidade realizada em fevereiro passado nos berços de atracação, até o presente nada foi realizado.

Sob os interesses do agronegócio brasileiro, os problemas relacionados mais importantes são os seguintes:

- Habitualmente a existência de longas filas de navios para atracarem no porto;
- Impossibilidade de receber navios acima de 60 mil toneladas por limite da profundidade do canal de acesso e nos berços de atracação;
- A dificuldade de se depositar as cargas no navio sem que haja, a costumeira espera de vários dias cujos custos adicionais são transferidos aos produtores rurais;
- A partir do navio atracado e disponível para receber carga, a excessiva demora para o carregamento;
- Caos no porto em dias de chuvas;



Fotos: Fernando Santos

Há 10 anos a FAEP vem apontando os problemas logísticos portuários e solicitando os investimentos necessários para a solução dos problemas

Nesses 10 anos convivendo com essas dificuldades, a FAEP pôde aprimorar suas análises para a solução dos problemas e considera que poucos investimentos são necessários para que isso ocorra. Embora a instituição não seja responsável pelo segmento portuário no Estado, mas apenas representante dos grandes usuários desses serviços, vem apresentando essas análises e discutindo com diversos especialistas, concluindo que as prioridades apresentadas são adequadas para a melhoria operacional do porto.

As prioridades da FAEP de investimentos no porto de Paranaguá, para melhoria significativa da velocidade de embarque dos produtos do agronegócio são as seguintes:

- Aprofundamento do canal de acesso ao porto, da bacia de evolução e dos berços

de atracação que possibilitem receber navios de 100 mil toneladas;

- Modernização do corredor de exportações (três berços públicos) com a substituição de todos os equipamentos de movimentação de cargas considerados obsoletos;
- Ampliação de pelo menos mais três berços de atracação de navios possibilitando um número maior de navios atracados.

Uma boa logística exige a integração dos modais de transporte (ferroviário, rodoviário e portuário). É desnecessário informar que também carecem de investimentos priorizados pela FAEP, indispensáveis para que as cargas cheguem mais rapidamente e com menores custos ao porto.

Paraná, o filho esquecido

Pedágio nas rodovias sem duplicação e ausência de obras em ferrovias obsoletas



Neura

A inconformada

Eu não aguento
maaiiiiissssss
pagar pedágio!



Ao ser lançado em 2007, no governo Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previa que em quatro anos seriam investidos na infraestrutura nacional R\$ 503 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Assim, dizia o governo anterior, “o país superará os gargalos da economia e estimulará o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais”.

O plano de investimentos previa a construção, adequação, a duplicação e recuperação, em quatro anos, de 45 mil km de estradas, 2.518 km de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, construção de 13.826 km de linhas de transmissão, instalação de quatro novas unidades de refinarias ou petroquímicas, construção de 4.526 km de gasodutos e instalação de 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol.

Dentro dessa luxuosa embalagem, o Paraná continuou sendo o filho esquecido, porque entre as centenas de ações previstas sobravam ao Estado apenas:

- A construção do corredor ferroviário do Oeste do Paraná;
- Construção e recuperação dos berços do porto de Paranaguá;
- Adequação do contorno leste de Curitiba, construção de um trecho da BR 153 e a nova ponte entre o Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu.

Estamos no quinto ano do PAC e olhando-se para leste em direção ao porto de Paranaguá, a oeste para as barrancas do rio Paraná, nenhuma dessas ações ocorreu. Nem um metro de ferrovia, os berços do porto dependem de recursos próprios, os pedágios absurdos dominam as rodovias, várias delas precisando urgente de duplicação.

Rodovias

Malha existente no Paraná

Pavimentada estadual: 10.605 km
Pavimentada federal : 3.282 km
Pavimentada municipal: 6.353 km
Concessionada: 2.486 km
Total pavimentada: 20.240 km

Não Pavimentada estadual: 1.769 km
Não Pavimentada municipal: 95.025 km
Total Não pavimentada: 96.794 km

Principais problemas existentes

- 1. Pedágio com preço excessivo**
O custo de Cascavel/Paranaguá chega a R\$ 1,30/sc de soja
- 2. Trechos sem duplicação**
Insegurança, tempo de viagem, custo
- 3. Falta de balanças rodoviárias e peso sobre eixos**
Autuações sobre peso nos eixos

Estimativa de custo do pedágio para o agronegócio

Exemplo:

Preço do pedágio Cascavel/Paranaguá
caminhão 5 eixos
27 t – R\$ 36,50/eixo = R\$ 292,00 (8 praças)
R\$ 292,00 X 2 (ida e volta) = R\$ 584,00

Saca de soja em Cascavel em
29/06/2011 = R\$ 39,50
Esse pedágio corresponde a 14,7 sacas
de soja



Cadê a infraestrutura?

“As obras de infraestrutura indispensáveis para reduzir custos e aumentar a velocidade de transporte estão atrasadas, quando não, nem iniciadas. Sem rodovias e ferrovias e sem portos decentes todo o esforço que se fizer na propriedade rural não será recompensado.

Não é possível transportar milho ou soja para os mercados, ou levar calcário e fertilizantes ao interior transitando por estradas esburacadas, ferrovias que cobram fretes rodoviários, pagando pedágio escorchantes e embarcado em portos sem dragagem, com equipamentos sucateados que tornam o transporte um item caro demais e que acaba roubando o resultado do produtor rural e tirando a competitividade de nosso país”.

(Ágide Meneguette)



Ferrovias

- 2.498 km de malha ferroviária sendo 248 km da Ferroeste;
- Transporta apenas 30% dos granéis para exportação;
- Material permanente (trilhos) e rodante (locomotivas e vagões) já depreciados;
- Trechos obsoletos, com curvas e aclives/declives incompatíveis com as necessidades;
- Inúmeras queixas dos usuários: descumprimento de contratos, fretes abusivos (80/90% do frete rodoviário), frequência do serviço, etc.



Maiores Gargalos

Guarapuava/Ponta Grossa

- Curvas, número de vagões, aclives/declives e velocidade;

Curitiba/Paranaguá

- Velocidade e composições.
- Malha muito limitada, com centros econômicos sem interligação com o modal Cascavel/Guaíra Campo Mourão/Jussara Umuarama/Cianorte Contorno de Curitiba

Prioridades do Agronegócio

- Solucionar o trecho Guarapuava/Ponta Grossa (alternativas: Ipiranga? Irati? Reconstrução?);
- Ampliação Ferroeste Cascavel/Guaíra;
- Novo trecho Curitiba/Paranaguá;
- Construção ramal Campo Mourão/Jussara;
- Contorno de Curitiba;
- Pato Branco/Guaraniaçu (União da Vitória?).

Prioridades de Regulamentação

- Tráfego mútuo e direito de passagem;
- Guaíra/Cascavel por rodovia: frete rodoviário = R\$ 25,00/t;
- Suposição de frete ferroviário = 80% do frete rodoviário = R\$ 20,00;
- Economia de R\$ 5,00/t com o uso do modal ferroviário;
- A produção de grãos da Região de Toledo, englobando 20 municípios, inclusive Guaíra, é de aproximadamente 1.500 mil toneladas de soja;
- Estimativa de que 25% desse volume tenha origem na microrregião de Guaíra e se destine às exportações: 375 mil t = R\$ 1,85 milhões apenas com um produto, numa safra;
- Permissão de uso da ferrovia por outra empresa com equipamento próprio ou não.



Fotos: Fernando Santos

Código Florestal: o que

Carla Beck, assessora Técnica de Meio Ambiente DTE/FAEP

O Senado Federal iniciou a discussão do projeto de lei que modifica o Código Florestal, aprovado pela Câmara Federal em 24 de maio passado. O texto será discutido nas Comissões de Agricultura, Meio Ambiente e Constituição e Justiça. Os senadores Luiz Henrique (PMDB - Santa Catarina) e Jorge Viana (PT - Acre) são os relatores, o primeiro francamente favorável às mudanças e o segundo a favor dos ambientalistas.

A previsão é que a votação pelo plenário do Senado ocorra em outubro ou novembro. Até lá, líderes e técnicos do setor rural e ambientalistas tentarão obter a adesão dos senadores para suas teses. Como ocorreu na votação do projeto Aldo Rebelo, na Câmara Federal, a FAEP está produzindo um material para convencimento dos senadores para ser entregue a partir de agosto.

Atualmente continua valendo o atual Código Florestal e o decreto nº de 7497/2011, que prorroga até 11 de dezembro, a data limite para averbar a Reserva Legal na matrícula do imóvel rural.

Principais pontos em análise no Senado

A seguir, os pontos mais importantes do projeto aprovado pela Câmara que está sendo analisado pelo Senado, e as questões polêmicas objeto de posições contrárias tanto de ambientalistas como do Governo Federal.

Reserva Legal

Os imóveis rurais com áreas de até quatro módulos fiscais não precisarão recompor as reservas legais. Ou seja, valerá o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008. Propriedades maiores do que quatro módulos fiscais poderão somar APP mais a Reserva Legal nos 20% exigidos pelo Código.



Fotos: Arquivo

Áreas consolidadas: Emenda 164

Manutenção das atividades já consolidadas isso é, que vêm sendo utilizada a tempo (até 22 de julho de 2008) nas áreas de preservação permanente, conforme a emenda nº 164 do PMDB aprovada pela Câmara é um dos principais pontos de divergência por parte do governo.



está em jogo no senado

Contudo, ao contrário do que a imprensa tem divulgado, não haverá nenhuma autorização para desmatamentos em áreas de preservação permanente, de acordo com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. A redação do art. 8º da emenda nº 164 determina que é “vedada a expansão das áreas ocupadas”, ou seja, não poderá haver qualquer supressão de vegetação em área de preservação permanente para a implantação de novas atividades agrícolas.

No caso há a seguinte ressalva: poderão continuar sendo utilizadas as áreas de preservação permanente “desde que as atividades não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação de solo e água”. Também deve ser respeitada a determinação inserida no § 4º do mesmo dispositivo que ressalva “os casos em que haja recomendação técnica de recuperação da referida área”.

A continuidade da atividade em áreas de preservação permanente (matas ciliares, encostas, topos de morro, várzeas) vai depender da aprovação por parte do Programa de Regularização Ambiental, a partir da criação do Cadastro Ambiental de Regularização (CAR).

Anistia de multas

O texto aprovado pela Câmara não concede anistia do pagamento de multas aplicadas por infrações ambientais.

As regras previstas no texto do Projeto de Lei 1876/199 reproduzem exatamente a mesma sistemática já adotada pelo Decreto Federal nº 7.029/09. Não existe anistia. Quem desmatou mesmo antes 22 de julho de 2008 e colocou em risco o meio ambiente, segundo a análise do Programa de Regularização Ambiental, terá que recompor a área e estará sujeito a sanções.

Quem desmatou a partir da mencionada data será punido

Nas áreas consolidadas, a mata ciliar dos cursos d'água poderá ser de

15 metros, observados critérios técnicos de conservação de solo e água. As áreas que já possuem florestas não poderão ser desmatadas.

Cumpridas as obrigações estabelecidas pelo Programa de Regularização Ambiental (PRA), ou termo de compromisso para regularização ambiental, as multas serão convertidas em prestação de serviços, melhoria ou recuperação da qualidade de meio ambiente. A adoção de medidas concretas de proteção ao meio ambiente substitui a ideia de multa e a sanções é o que fazem a proteção da natureza.

Observação: Os pontos polêmicos que sofrem maior pressão tanto de ambientalistas como do Governo Federal para que sejam mantidos como no Código em vigor são os seguintes:

- Manter a obrigatoriedade da Reserva Legal de 20% para todas as propriedades, inclusive as com até 4 módulos fiscais (média 72 hectares no Paraná).
- Manter as dimensões das áreas de preservação permanente nos rios: de 30 a 500 metros em cada margem, independentemente do tamanho da propriedade.
- Manter as sanções administrativas e penais para quem fez algum dano ambiental.

O Governo Federal, entretanto, já aceitou a soma da Reserva Legal com as áreas de preservação permanente para efeito preservação florestal em área de 20% da propriedade.



Recursos para redu

Conselho Monetário regulamenta programa de baixo carbono

O Conselho Monetário Nacional regulamentou, dia 31 de maio, o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no Plano Agrícola de 2010. O governo percebeu que os produtores não cultivam apenas alimentos, fibras e energia. Hoje já se pode calcular o que produzem de benefícios ao meio ambiente.

Há anos o setor reivindica um meio de proteger o meio ambiente que não seja apenas com regras punitivas (como ocorre atualmente no método comando e controle, em que o agente público age basicamente editando normas e promovendo o poder de polícia).

“A proteção do meio ambiente será muito mais efetiva quando forem utilizados instrumentos de mercado e educação para este fim, tal como o programa de investimento ABC”, diz o engenheiro-agrônomo Claudius Augustus Faggion, do Departamento Técnico Econômico da FAEP.

O ABC serve para financiar práticas que reduzam a emissão dos gases do efeito estufa. A iniciativa prevê a aplicação de R\$ 2 bi em técnicas que garantem o balanço positivo entre sequestro e emissão de CO₂. O ABC vai garantir recursos a agricultores e cooperativas, com limite de financiamento de R\$ 1 milhão por beneficiário, taxa de juros de 5,5% ao ano e prazo de reembolso de 8 anos com 3 de carência. Os recursos serão direcionados à adoção de práticas sustentáveis e estão disponíveis nas instituições financeiras.



OSMAR DIAS: “A NOVA ONDA”

O Banco do Brasil (BB) assinou na semana passada grandes contratos (superiores a R\$ 1 milhão) do programa federal Agricultura de Baixo Carbono (ABC) para a recuperação de pastagens e a aquisição de matrizes bovinas. “É importante porque estamos financiando a agricultura mais moderna do mundo”, afirmou o vice-presidente de Agronegócios do BB, Osmar Dias, ao jornal Valor Econômico. “O ABC será a “nova onda” da agricultura sustentável e influenciará o setor em outros países. Teve a onda da mecanização, do plantio direto e da biotecnologia. Essa é uma mistura de tudo porque contempla três processos, gerando preservação para produzir mais”.



zizar efeito estufa



Tiago Tamiozzo

Entre os itens financiáveis estão:

- Plantio direto;
- Adubação verde;
- Correção do solo e construção de terraços;
- Recuperação de áreas e pastagens degradadas;
- Implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta;
- Implantação e manutenção de florestas comerciais ou destinadas à recomposição de Reserva Legal ou de APP;
- Georreferenciamento;
- Implantação de viveiros de mudas florestais e operações de destoca;
- Implantação e recuperação de cercas, aquisição de energizadores de cerca e aquisição, construção ou reformas de bebedouros e de saleiros ou cochos para sal.

Com o ABC, o governo quer reduzir a emissão de gases do efeito estufa em até 20 milhões de toneladas de CO2 equivalentes.



Fernando Santos

Dias considera que esse Programa significa atuar no que há de mais moderno na agricultura e que o BB aposta no financiamento da chamada integração lavoura-pecuária-florestas (ILPF). Isso, segundo ele, resultará em uma forte elevação da produtividade média das lavouras e, principalmente, da pecuária brasileiras. “Estamos muito entusiasmados. É emblemático porque é viável, uma coisa de futuro, que vai recuperar o crescimento da produtividade de 10 ou 15 anos atrás”, disse Osmar Dias.

Um dos produtores que obteve financiamento do Programa ABC foi ex-ministro da Agricultura, Aylsson Paulinelli, um dos primeiros defensores

da integração das atividades lavoura-pecuária-floresta em uma mesma área. “Esse é o projeto com que sempre sonhei. Muda o conceito de produção, usa intensamente a terra, com lavoura, pastagem e floresta juntos. Eleva a fertilização do solo, a captação de água e elimina a erosão”, afirmou Paulinelli, também ao Valor. Na última safra, ele produziu 196 sacas de milho e 50 sacas de soja por hectare. E reduziu, de 120 para apenas 70 dias, o tempo de confinamento de suas 1,2 mil cabeças de gado. Ao chegar para a engorda final, as reses terão 14 arrobas, e não apenas 12 arrobas de antes da implantação do sistema.

Agricultura familiar

Novamente R\$ 16 bilhões ao Pronaf e R\$ 2,4 bilhões são destinados ao Paraná

Uma das novidades do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 é a redução de 4% para 2% a taxa de juros máxima cobrada nas operações de investimento e a inclusão da taxa de 1% para operações do Mais Alimentos de até R\$ 10 mil por ano/agricultor. Outra novidade é a ampliação do limite de financiamento de contratos de investimento para até R\$ 130 mil.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 2011/2012 foi lançado no último dia 12, em Francisco Beltrão, no Sudoeste paranaense pela presidente Dilma Rousseff que anunciou um aporte de R\$ 16 bilhões, dos quais R\$7,7 bilhões são destinados a operações de investimento e R\$8,3 bilhões para operações de custeio do Pronaf. Os recursos estão disponíveis desde o último dia 1º de julho.

A cobertura do Seguro da Agricultura

Familiar (Seaf) para a renda esperada em casos de perda de culturas foi ampliada de R\$ 3,5 mil para R\$ 4 mil por beneficiário e ano agrícola. O Garantia-Safra terá maior número de cotas disponíveis para adesão: passa de 740 mil para 940 mil. O valor de cobertura aumenta para R\$ 680,00.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que garante ao produtor a cobertura dos custos de produção no momento de pagar o financiamento do Pronaf será ampliado. O limite do desconto de garantia de preços sobe de R\$ 5 mil para R\$ 7 mil nas operações de custeio e investimento do Pronaf (por agricultor/ano). O PGPAF passa a contemplar as culturas de laranja e tangerina.

O texto do Plano Safra e das resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) de nº 3.977 e 3.984 trazem as seguintes mudanças:



Agência Estadual de Notícias



Arquivo

PRONAF MAIS ALIMENTOS

A linha que tem como finalidade o financiamento de projetos de investimento para produção, armazenagem e transporte passa a operar com a taxa anual de juros de 1% para financiamentos até R\$ 10 mil. Operações acima deste valor continuam a ter taxa de juros de 2% ao ano.

PRONAF INVESTIMENTO

Redução da taxa de juros de 4% para 2% ao ano para operações acima de R\$ 10 mil. Ampliação do limite de crédito de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil e do prazo, de oito para 10 anos.

PRONAF AGROINDÚSTRIA

Linha que financia investimentos para o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária teve aumento do limite de crédito de R\$ 30 mil para R\$ 50 mil nos financiamentos individuais e de R\$ 20 mil para R\$ 30 mil o limite individual quando se tratar de financiamentos coletivos. O prazo de pagamento também foi ampliado de oito para 10 anos.

PRONAF AGROECOLOGIA

Linha para o financiamento dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos teve aumento do limite de financiamento de R\$ 50 mil para até R\$ 130 mil e aumento do prazo de pagamento de oito para até 10 anos, com até três anos de carência.

PRONAF ECO

Que tem por finalidade implantar,

utilizar ou recuperar tecnologias de energia renovável, ambientais, de armazenamento hídrico e outros teve aumento no limite de financiamento de R\$ 6,5 mil para R\$ 8 mil por hectare passando do limite máximo de R\$ 65 mil para R\$ 80 mil por beneficiário e aumento do prazo de pagamento para dez anos.

PRONAF FLORESTA

Que apoia investimentos em sistemas agroflorestais, exploração extrativista, recomposição e manutenção de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal para cumprimento de legislação ambiental e outros teve aumento no limite de crédito para R\$ 20 mil e extensão para todas as regiões do Brasil, uma vez que vigorava apenas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

PRONAF SEMIARIDO E PRONAF JOVEM

Aumento do limite de financiamento de R\$ 10 mil para até R\$ 12 mil.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO RURAL

Para financiamentos de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural teve ampliação do limite de crédito de R\$ 2 mil para até R\$ 2,5 mil por operação; o beneficiário pode acessar até três operações, totalizando R\$ 7,5 mil.

PRONAF COTAS-PARTES

Aumento do limite de crédito individual de R\$ 5 mil para até R\$ 10 mil por beneficiário; passam a ser atendidas cooperativas com patrimônio líquido mínimo entre R\$ 25 mil e R\$ 100 milhões (antes era entre R\$ 50 mil e R\$ 75 milhões); aumento do limite de crédito por cooperativa de R\$ 5 milhões para até R\$ 10 milhões.

A previsão é que os recursos destinados ao Paraná sejam em torno de R\$ 2,4 bilhões dos R\$ 16 bilhões programados para as operações do Pronaf passando a atender com isto o número médio de 170 mil famílias.

Recursos totais Brasil	R\$ 16 bilhões
------------------------	----------------

Recursos totais Paraná	R\$ 2,4 bilhões
------------------------	-----------------

Nº de famílias beneficiadas – Paraná

2010/2011	150 mil
-----------	---------

2011/2012	170 mil
-----------	---------

PRONAF Custeio		R\$ milhões
Agentes Financeiros	safra 09/10	safra 10/11
BB	4.377,72	4.350,85
BNB	41,61	56,97
BASA	24,97	38,16
BANCOOB	124,91	131,98
SICREDI	561,07	715,35
Total	5.130,28	5.293,30

A presidente Dilma Rousseff afirmou em Francisco Beltrão que “se houver necessidade de recursos, eles estarão disponíveis. Queremos que mais agricultores familiares tenham acesso”, disse a presidente. Desde a década passada, o segmento nunca utilizou toda a verba disponível. Entre julho de 2010 e maio deste ano, por exemplo, foram utilizados 65,13% dos R\$16 bilhões disponíveis. (Veja a tabela)

PRONAF Investimento		R\$ milhões
Agentes Financeiros	safra 09/10	safra 10/11
BB	3.834,38	3.218,29
BNB	861,15	1.056,54
BASA	465,31	363,37
BANCOOB	57,67	80,90
SICREDI	290,18	408,94
Total	5.508,70	5.128,04
	TOTAL	10.421,34

A crise da suinocultura I

FAEP volta a apelar ao governo federal

Com prejuízos acumulados no primeiro semestre de 2011 estimados em 30 milhões de reais, a suinocultura precisa urgentemente de apoio do governo federal. O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, voltou a encaminhar na semana passada nova exposição dos problemas do setor aos ministros da Fazenda, da Casa Civil, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e ao secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, solicitando uma série de medidas. No início do mês, a FAEP já havia feito um relato sobre a crise entre os suinocultores.

A suinocultura, diz o documento, está presente em mais de 135 mil propriedades paranaenses, predominantemente de pequenos produtores. Além disso, a atividade, pela sua capacidade de agregação de valor, é grande geradora de empregos, de superávit na Balança Comercial e registrou exportações em 2010 no Paraná da ordem de US\$ 131,5 milhões.

O Valor Bruto da Produção (VBP) da cadeia produtiva da suinocultura está acima dos R\$ 2 bilhões, é maior que o VBP do trigo (R\$ 1,5 bilhão) e da bovinocultura

(R\$ 1,2 bilhão). O rebanho paranaense é de 5,1 milhões de cabeças.

Apesar de sua importância, passa por uma situação difícil, pois o preço do milho, importante na alimentação dos animais, subiu mais de 70%, quando comparado a julho de 2010. “A ração representava 65% do custo de produção no final de 2010 e em março 2011 a participação passou para 74%. E as quebras com a estiagem e as geadas, 35% no milho safrinha, podem elevar ainda mais os preços do cereal”, relata o presidente do Sistema FAEP.

O que é preciso

Além do aumento do custo de produção, os produtores estão sofrendo com a queda nos preços da carne suína. Em outubro de 2010 o preço do quilo da carne suína estava R\$ 2,57 e desde então tem sofrido depreciações.

A Secretaria de Agricultura registrou que o preço médio de junho recebido pelos produtores ficou em R\$ 1,85, valor muito abaixo do custo de produção apurado pela Embrapa para o período, de R\$ 2,60/Kg. A tendência

de baixa continua.

Os produtores também sofreram com o embargo russo à carne brasileira, o que contribuiu para uma maior redução nos preços. A exportação de carne suína para a Rússia em 2010 foi de 18,9 mil toneladas, no valor de US\$ 48 milhões, representando 50% das exportações de carne do Paraná.

Diante disso, afirma Meneguette, “faz-se necessário reduzir os prejuízos dos suinocultores com a adoção das seguintes medidas”:

- Prorrogar as dívidas de financiamentos de Investimentos e Custeios;
- Implementar o preço mínimo da carne suína e estabelecer instrumentos de apoio à comercialização;
- Ampliar a venda de milho no programa de Venda de Balcão da Conab, possibilitando preços subsidiados para os suinocultores;
- Aumentar a compra de carne suína nos programas de merenda escolar;
- Ampliar os Programas de Incentivo ao Consumo da Carne Suína, a exemplo da campanha do Ministério da Agricultura para o café brasileiro.

Preço do milho no Paraná



Fonte: Seab/DERAL

Preço do Suíno



Fonte: Seab/DERAL



A decisão do STJ SO

* Por Klaus Kuhnlen, assessor jurídico do Sistema FAEP

Instituída pela lei nº 8.929/1994, a CPR – Célula do Produtor Rural ampliou a possibilidade de financiamento rural e representava modalidade de captação de dinheiro no mercado financeiro diretamente pelo produtor rural.

A CPR, é um título que permite ao produtor rural (pessoa física ou jurídica) – e suas associações – inclusive cooperativas de produção – a venda antecipada de sua mercadoria em data futura, com preço, características e local discriminados no próprio título. Há duas classificações: físicas ou financeiras.

Em recente julgado (Agravado em Recurso Especial 2259/GO), o STJ pacificou entendimentos distintos em Tribunais inferiores espalhados pelo país.

Segundo o STJ, no crédito da CPR não é essencial na sua validade o pagamento antecipado do valor, eis que a liquidação poderia se dar em momento posterior a entrega dos produtos. A assinatura do título é mera garantia de preço mínimo para venda da produção.

Neste sentido, ressaltamos o disposto no voto da ministra Nancy Andrighi por ocasião do julgado mencionado:

Desnecessidade de pagamento prévio para a emissão da CPR

A 3ª Turma do STJ, no julgamento do REsp 1.023.083/GO, de minha relatoria, julgado em 15/04/2010, DJe de 01/07/2010, consolidou o entendimento de que a Lei 8.929/94 não impõe,

como requisito essencial para a emissão da CPR, o prévio pagamento pela aquisição dos produtos agrícolas nela representados. Nesse sentido, transcrevo trecho do voto que proferi por ocasião do julgamento do aludido recurso especial:

“Substantial parte da doutrina sustenta que a emissão de tal título de crédito não pressupõe, necessariamente, a antecipação do pagamento pela safra futura. Nesse sentido podem ser citados diversos artigos publicados em revistas especializadas por ARNOLDO WALD (“Da desnecessidade de pagamento prévio para a caracterização da Cédula de Produto Rural”, in Revista Forense, vol. 374, págs. 3 a 14), HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA e NANCY GOMBOSSY DE MELO FRANCO (“Crédito e Títulos de Crédito na Economia Moderna: Uma visão focada na Cédula de Produto Rural - CPR”, in Revista de Direito Mercantil, vol. 45, nº 141, págs. 96 a 104), RENATO BURANELLO (“A Cédula de Produto Rural na Escrituração das Operações Financeiras”, in Revista de Direito Mercantil, vol. 45, nº 143, págs. 121 a 126) e IVO WAISBERG (“Cédula de Produtor Rural”, in Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, nº 44, págs. 321 a 334).

Para essa parcela da doutrina, a CPR figuraria como um título mediante o qual o produtor poderia não apenas obter financiamento para o plantio, emitindo o papel contra o pagamento imediato do preço, mas também mitigar seus riscos, negociando, a preço presente, a sua safra no mercado futuro.

Nesta segunda hipótese, a CPR funcionaria como um título de securitização, emitido em uma operação de hedge, e o preço não precisa necessariamente ser pago de forma antecipada. A importância do negócio estaria, não no financiamento da safra, mas na diluição, para o produtor, do risco inerente à flutuação de preços na época de colheita. Os defensores dessa ideia sustentam, inclusive, que foi justamente para conferir maior utilidade à

CPR, servindo a esses dois propósitos entre outros, que o legislador não teria incluído, na Lei 8.929/94, qualquer dispositivo que imponha, como requisito de validade do título, o pagamento antecipado do preço.

Assiste razão a esta parcela da doutrina e, portanto, está correto o raciocínio desenvolvido pelo TJ/GO. Não é possível, tampouco conveniente, restringir



Arquivo

bre a CPR

Fernando Santos



a utilidade da CPR à mera obtenção imediata de financiamento em pecúnia.

Se a CPR pode desempenhar um papel maior no fomento ao setor agrícola, não há motivos para que, à mingua de disposições legais que o imponham, restringir a sua aplicação.

O pagamento pela safra representada no título pode se dar antecipadamente, parceladamente ou mesmo após a entrega dos produtos. Ele poderá estar disciplinado na própria CPR, mediante a inclusão de cláusulas especiais com esse fim, como autoriza o art. 9º da Lei 8.929/94, ou poderá constar de contrato autônomo, em relação ao qual a CPR funcionará como mera garantia. O importante notar, todavia, é que, como bem observado pelo acórdão recorrido, “a Cédula de Produto Rural, por ser título executivo (...), constitui documento suficiente para aparelhar o feito executório”, não sendo imposto ao credor “comprovar que adiantou o pagamento do que está sendo executado”. Andou bem o TJ/GO, portanto, ao não reconhecer a exigência de comprovação desse pagamento, pelo credor.”

Esse entendimento foi reafirmado no julgamento dos Resps 910.537/GO (3ª Turma, julgado em 25/5/2010, DJe 07/06/2010) e 858.785/GO (3ª Turma, julgado em 08/06/2010, DJe 03/08/2010), ambos de minha relatoria.

Assim, nos termos dos precedentes desta Turma, não há qualquer irregularidade na emissão de CPR sem o pagamento antecipado do preço.

Após apreciação pelos demais ministros, restou confirmando pelo Tribunal o entendimento acima transcrito, sendo publicado acórdão de julgamento da seguinte forma:

AGRÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SOJA. EMISSÃO DE CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR). DESNECESSIDADE DE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO PREÇO PELO PRODUTO. NECESSIDADE DE SE DAR AO TÍTULO SUA MÁXIMA UTILIZAÇÃO.

1. A Lei 8.929/94 não impõe, como requisito essencial para a emissão de uma Cédula de Produto Rural, o prévio pagamento pela aquisição dos produtos nela representados.
2. A emissão da CPR pode se dar para financiamento da safra,

DETALHES

O que é a CPR

A CPR pode ser emitida em qualquer fase do empreendimento pecuário ou agrícola (pré-plantio, desenvolvimento, pré-colheita ou mesmo produto colhido).

O Banco do Brasil, por exemplo, disponibiliza negócios de concessão de aval e aquisição direta envolvendo as modalidades:

- **CPR Física:** o produtor vende, antecipadamente, parte de sua produção ao mercado (concessão de aval);
- **CPR Financeira:** o produtor antecipa recursos e se compromete em resgatar financeiramente (aquisição).

com o pagamento antecipado do preço, mas também pode ocorrer numa operação de hedge, na qual o agricultor, independentemente do recebimento antecipado do pagamento, pretende apenas se proteger contra os riscos de flutuação de preços no mercado futuro.

3. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

Dessa forma, entendemos que o julgado, repetindo posicionamento anteriormente manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, visa desestimular/coibir que o produtor rural celebre contrato de compra e venda de safra com garantia de preço mínimo por CPR e, no momento da colheita, verificando que o preço de mercado encontra-se superior ao garantido pelo título anteriormente emitido, busque a anulação deste para, em situação de conveniência, negociar sua produção ao preço de ocasião, em prejuízo do antigo credor – comprador.



Por Christiane Kremer e Isaías Antunes



Veja sua propriedade no **Google!**

Nesta semana a coluna Conexão Rural continua falando sobre o Google. Como mecanismo de busca, não há dúvidas de que é o melhor, afinal leva pouco mais de 1 segundo para encontrar incontáveis resultados de uma pesquisa sobre Código Florestal, por exemplo.

Não menos importante e talvez o segundo serviço mais utilizado da Google é o GoogleMaps. A ferramenta faz pesquisas e permite a visualização de mapas e imagens de satélite da Terra. Com o GoogleMaps você descobre

Qualifique sua busca

Quando fizer uma pesquisa no Google, você pode restringir os resultados que deseja. Se você quer pesquisar sobre Código Florestal, por exemplo, mas gostaria de ver apenas as últimas notícias referentes ao assunto, o Google oferece essa opção. Veja outras opções de pesquisa selecionada:

- ✱ Trabalhos acadêmicos
- ✱ Blogs
- ✱ Imagens
- ✱ Vídeos
- ✱ Livros
- ✱ Fórum de discussão



Ao digitarmos Código Florestal e selecionarmos a opção “Discussões”, o Google encontrou mais de 60 mil sites com fóruns de discussão sobre o assunto. Gente de todo o mundo opinando sobre o Código brasileiro. Que tal soltar o verbo também? Explore a web!

Ficou com dúvida? Quer saber mais? Fale com a gente: conexaorural@sistemafaep.org.br



[flickr.com/photos/sistemafaep/](https://www.flickr.com/photos/sistemafaep/)



twitter.com/sistemafaep



[youtube.com/user/sistemafaep](https://www.youtube.com/user/sistemafaep)

PR Descomplicando a internet



como e também o melhor caminho para chegar a determinado destino. Basta digitar seu lugar de origem e para onde quer ir para que a ferramenta trace a rota, informando a distância e o tempo de viagem de carro, a pé ou de ônibus. As coordenadas vêm em um mapa tracejado e também como um passo a passo: ande 300 metros na rua tal; vire a direita na quadra X.

Além de não se perder mais para chegar a algum lugar,

o GoogleMaps também permite que você visualize sua propriedade ou qualquer lugar do mundo através de imagens de satélite, atualizadas no período máximo de um ano. Você pode ter uma visão ampla da propriedade, ver características de vegetação, ter as dimensões de sua área. E tudo isso na tela do computador, no conforto de sua casa e de graça! Só para ter ideia, buscamos uma propriedade aleatória no GoogleMaps e reproduzimos as imagens de satélite aqui. Confira acima.

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/06/2011



HISTÓRICO/CONTAS

	HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
		REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
		1-11	12						
	Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
	Setor Bovideos	8.431.549,48	13.000,00		16.845.467,67		2.341.952,64	-	23.484.574,93
	Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.799.460,31		141.274,87	-	5.218.322,46
	Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.789.093,76		-	-	3.271.051,91
	Setor de Equideos	38.585,00	15.000,00		76.619,89		-	-	130.204,89
	Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		7.654,70		-	-	13.493,31
	Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		94.284,39		-	-	131.386,80
	Pgto. Indenização Sacrificio Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
	CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
	Rest. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	141.031,00	-		-	-	141.031,00
	TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	20.751.261,81	**542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	32.171.466,87
SALDO LÍQUIDO TOTAL									32.171.466,87

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovideos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovideos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovideos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovideos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



Sindicato Rural de Tibagi

Fotos: Sistema FAEP



Sindicato Rural de Arapoti



Sindicato Rural de Mariluz

Sindicato Rural de Terra Roxa

Sindicato Rural de
Nova Aurora

Sindicato Rural de Palotina



Resultados

Aumento no quadro associativo, mudança de sede, maior

Na Avenida Marília, um dos acessos principais ao município de Mariluz (10.224 habitantes, segundo IBGE 2010), é possível avistar a moderna sede do Sindicato Rural do município. Ainda com cheiro de tinta fresca, a nova estrutura de 140 metros quadrados tem sala de treinamentos, sala de reunião, recepção, banheiros, e será inaugurada oficialmente neste mês. Tudo para atender as necessidades dos cerca de 50 produtores rurais associados.

Cenário inovador para os produtores mariluzenses, que até abril deste ano

contavam com uma sede alugada pelo sindicato. E uma grande vitória para a diretoria, que observa praticamente o renascimento do sindicato, inativo por quase 14 anos, entre 1994 e dezembro de 2007. Mudanças que ganharam força após a nova diretoria ter participado do Programa de Desenvolvimento Sindical (PDS) do Sistema FAEP.

“Com o PDS conseguimos uma maior mobilização da diretoria e fizemos um planejamento de ações. A nova sede foi uma das metas estabelecidas, fundamental para alcançarmos nosso objetivo de resga-



Sindicato Rural de Toledo

Fotos: Sistema FAEP



Sindicato Rural de Goioerê



Sindicato Rural de Assis Chateaubriand

Sindicato Rural de Ubatã



Sindicato Rural de Campina da Lagoa



concretos

participação de produtores. Algumas das transformações “pós PDS”

tar a imagem do sindicato perante o produtor e a sociedade”, avalia o presidente, Mar Sakashita.

No Sindicato Rural de Arapoti, um dos primeiros a abrir o PDS para a comunidade, “o retorno foi extraordinário”, segundo o presidente Dirceu Osmarini. O curso alcançou cerca de 25 produtores rurais, entre homens e mulheres. “Quem participou está com mais consciência sobre o papel do sindicato e da importância da defesa dos interesses dos produtores”, avalia Osmarini. Além da maior participação nas atividades do sindicato, a entidade registrou um au-

mento de 10% no número de associados.

Os exemplos refletem o que vêm acontecendo em todos os sindicatos que participam do PDS. As transformações são tantas, que na semana passada a equipe responsável pelo curso acompanhou o coordenador do Programa Sindicato Forte da CNA, Celso Botelho, em visitas a 17 sindicatos rurais onde as ações do PDS se destacam. Botelho veio ao Paraná conhecer o PDS, já que o programa nacional coordenado por ele é similar ao paranaense. Acima, as fotos das visitas feitas até o fechamento do BI. Na próxima semana tem mais.



Neder Maciel Corso

Capacitação significa aumentar a produtividade

Sanidade apícola

Nos dias 14, 15 e 16 de junho, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) promoveu, em Irati, o primeiro Curso de Sanidade Apícola do Estado do Paraná. Durante os três dias, técnicos e médicos-veterinários discutiram ações para a capacitação do apicultor no Estado, como o melhoramento genético, o manejo e a alimentação das abelhas. “Nós precisamos capacitar os apicultores e prestar assistência para aumentar a produtividade”, explica o médico-veterinário da Seab, Silmar Pires Bürer. Segundo ele, para expandir a cadeia serão criadas 10 unidades de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAVs) com ênfase em sanidade apícola. O Paraná é pioneiro na criação das unidades para dar suporte à cadeia produtiva.

Até o final do ano, as unidades serão instaladas em 10 municípios: Colombo, Irati, Marechal Cândido Rondon, Ortigueira, Pérola, Pitanga, São Miguel do Iguçu, Teixeira Soares, União da Vitória e Wenceslau Braz.

O curso foi realizado com o apoio do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do SENAR-PR.

Mercado

O Paraná é o segundo maior produtor de mel no país, com uma produção anual de 4.831 toneladas, segundo dados divulgados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Seab. O número responde a 12,5% da produção nacional.

A cadeia produtiva no Paraná envolve 20 mil produtores de mel e, em 2009, gerou renda bruta de R\$ 24 milhões aos apicultores. O município de Ortigueira lidera a produção no Estado, com 900 toneladas ao ano.



Fotos: Sistema FAEP



As imagens dos Seminários

Robson Mafioletti, da Ocepar, Pedro Loyola, da FAEP e Francisco Franco foram os responsáveis pelas palestras nos Seminários “O Futuro do Trigo”, realizados no final do mês passado. Classificação, mercado e segregação mereceram uma radiografia dos encontros que contou com grandes públicos de Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco e São João (Veja fotos acima).

Trigo: a subvenção ao seguro rural

Produtor desembolsa apenas 15% sobre o prêmio



Fernando Santos

Para esta safra de 2011, o governo do Paraná está ofertando R\$ 2,8 milhões para operações de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural para o trigo. Os produtores que aderirem ao seguro rural privado, independente da categoria do produtor, serão beneficiados com recursos de até R\$ 4.800,00. Essa ação deverá beneficiar cerca de 1.000 produtores.

A lei estadual de seguro rural foi instituída inicialmente para amparar os produtores de trigo que investem no plantio da lavoura e ficam vulneráveis aos riscos do clima. Frequentemente as lavouras de trigo no Sul do país sofrem com geadas severas durante o desenvolvimento vegetativo ou excesso de chuvas na colheita, que prejudicam a qualidade do grão.

“O programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural foi criado para reduzir custos de produção e aumentar a renda do produtor, de forma que ele tenha condições de aplicar mais tecnologia na lavoura e possa elevar a qualidade do trigo produzido no Paraná”, diz o secretário de Agricultura, Norberto Ortigara. Além disso, visa incorporar o seguro rural como instrumento de estabilidade agropecuária.

No início do mês, durante a reunião das Comissões Técnicas da FAEP, Ortigara, assinou um acordo de cooperação com o governo federal para troca de informações entre o governos estadual e federal para amparar os produtores de trigo em caso de perdas decorrentes do clima.

Essa troca de informações entre a Seab-PR e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é necessária para garantir as operações, já que os recursos para o valor do prêmio do seguro vêm de três fontes. O governo federal cobre 70%, enquanto o governo do Paraná – Estado pioneiro em lançar o seguro agrícola para o trigo – garante mais 15% de subvenção. Ao produtor cabe o desembolso dos 15% restantes.

Valor Bruto da Produção

Produtividade, preços em alta e safra em expansão elevaram a previsão de faturamento das 20 principais lavouras do país

O faturamento bruto das 20 principais lavouras do Brasil deve alcançar R\$ 199 bilhões em 2011. Com informações até junho, o número faz parte do levantamento realizado mensalmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). De acordo com o estudo, o Valor Bruto da Produção (VBP) deste ano será 10,4% superior ao de 2010, atingindo novo recorde.

“Os melhores preços dos produtos agrícolas, a elevação da produtividade e também os resultados da safra têm sido os principais fatores para a obtenção desse resultado favorável”, avalia José Garcia Gasques, responsável pelo levantamento e coordenador de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura,

Segundo Gasques, o cenário positivo para a agricultura brasileira fará com que o VBP deste ano supere o de 2008, até então o maior valor já registrado em uma série iniciada em 1997. Em 2008, o faturamento das lavouras foi de R\$ 183,6 bilhões.

Paraná é o terceiro

Os maiores aumentos no VBP ocorreram no algodão (67,7%); uva (46,3%); café (38%); milho (29,8%); soja (17,1%) mandioca (11%) e feijão (10,2%). \$ 22,2 bilhões. A soja, item com maior peso na composição do faturamento das lavouras, alcançará R\$ 55 bilhões.

Cebola, batata inglesa e trigo são os produtos que terão as maiores baixas. A cebola, com VBP previsto de R\$ 752 mi-

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO POR UF's - junho/2011

UNIDADE DE MEDIDA:

Em Reais

REGIÃO-UF's / ANO	2005	2006	2007
REGIÃO SUL	29.727.120.151	32.751.371.506	43.002.862.914
PR	16.320.601.814	15.510.079.116	20.744.840.710
SC	2.400.767.144	2.742.486.870	3.359.727.601
RS	11.005.751.193	14.498.805.520	18.898.294.604
REGIÃO CENTRO-OESTE	32.598.752.671	24.289.749.643	30.095.978.701
MS	3.287.925.842	3.530.791.892	4.563.116.693
MT	17.923.149.597	13.153.289.530	16.406.862.604
GO	11.387.677.231	7.605.668.222	9.125.999.404
DF	-	-	-
BRASIL	141.079.054.855	140.924.600.819	160.232.012.412

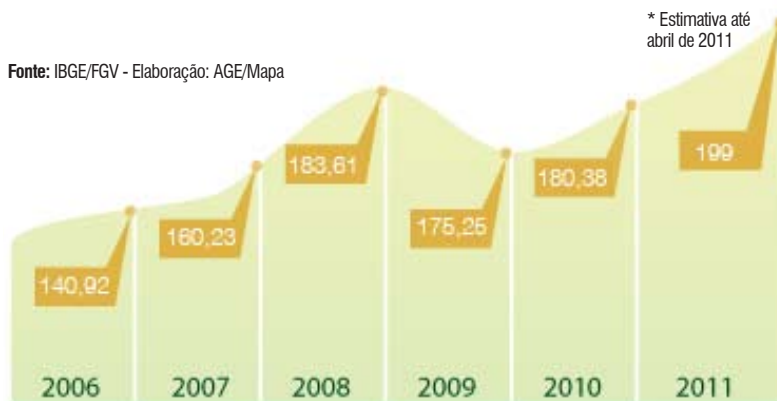
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, junho/2011; FGV - Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados, e para 2011 média de preços de janeiro a abril; Para o café utilizou-se o preço do Cepea/Esalq/USP referente ao café arábica tipo 6, bebida dura para melhor. Elaboração AGE/MAPA

o: quase R\$ 200 bilhões

lhões, terá redução de 62,4%; a batata inglesa, com queda de 24,6% alcançará R\$ 2,9 bilhões; e o trigo em grão com baixa estimada de 16,8%, atingirá faturamento bruto de R\$ 2,2 bilhões em 2011.

Houve queda no VBP apenas na região Norte (- 1,66%). O Centro-Oeste permanece com maior aumento para 2011, com alta de 41,4%. O faturamento da região deve atingir R\$ 53,5 bilhões. O Mato Grosso é o estado com o maior VBP do país, com aumento de quase 60%, passando de R\$ 21,4 bilhões para R\$ 34,2 bilhões, superando São Paulo que alcançou R\$ 30,4 bi, com redução de 8,4%. O Paraná é o terceiro maior produtor do país com aumento de 9,2% (R\$ 25,9 bilhões).

Fonte: IBGE/FGV - Elaboração: AGE/Mapa



O Valor Bruto da Produção é calculado com base na produção e nos preços praticados no mercado das 20 maiores lavouras do Brasil, com dados do IBGE e Conab. O VBP é correspondente à renda dentro da propriedade e considera as plantações de soja, cana-de-açúcar, uva, amendoim, milho, café, arroz, algodão, banana, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, mandioca, pimenta-do-reino, trigo, tomate, cacau, laranja e mamona. Mensalmente, o Ministério da Agricultura divulga a estimativa do valor da produção agrícola para o ano corrente. Esse valor pode ser corrigido, de acordo com as alterações de preço e a previsão de safra anunciados ao longo do ano.

2008	2009	2010	2011	
48.018.180.662	42.554.063.300	47.615.562.396	51.708.706.826	8,60
24.740.065.476	19.695.065.160	23.766.195.119	25.967.836.387	9,26
4.164.386.107	4.127.535.765	4.639.016.716	4.069.294.849	-12,28
19.113.729.078	18.731.462.375	19.210.350.561	21.671.575.590	12,81
44.350.966.653	40.278.687.734	37.887.489.668	53.588.489.783	41,44
5.810.842.648	4.496.936.095	4.688.440.993	5.577.450.834	18,96
25.009.338.929	22.359.916.811	21.466.275.271	34.224.001.373	59,43
13.530.785.075	13.421.834.828	11.732.773.404	13.787.037.576	17,51
-	-	-	-	
183.612.076.463	175.258.932.196	180.385.596.797	199.089.063.171	10,37

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - junho/2011



Sorte



Schuman
enlouqueceu



Tchaikowsky
morreu de cólera



Bach
ficou cego



Handel
ficou cego



Beethoven
ficou surdo

Viu como é melhor só cantar no banheiro.

Almoço às 8 horas

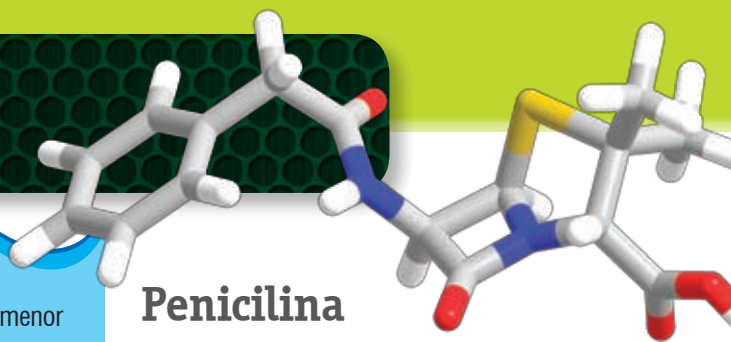
As manhãs de Dom Pedro II não foram fáceis. O Marquês de Itanhaém (Manuel Inácio de Souto Maior Pinto Coelho) estabeleceu para ele e as princesas que Sua Majestade deveria se levantar impreterivelmente às 7 horas da manhã. Depois deveria fazer a sua toilette e dar graças a Deus, rezando. Às 8 horas teria de almoçar em presença do médico que deveria examinar sua comida, se é boa com suficiente calor, evitando que S. Majestade coma demais. Deveria descansar até 9 horas, em seguida começaria a estudar até às 11h30.

Curtas e... finas

- Para publicar sua obra prima, Os Lusíadas, Camões pediu esmolas. Morreu em completo abandono.
- Altamira, cidade do interior do Estado do Pará é o maior município do mundo, ocupando uma área de 165.445 km². O Paraná tem 199.314,9 km².
- A anta é o maior animal da fauna brasileira, atingindo dois metros de comprimento e um metro de altura. Aquele teu amigo-anta tem qual tamanho?
- Como está a tua glabella? É a parte da testa que fica entre as duas sobrancelhas.

Primeiro o relâmpago, depois o trovão

O relâmpago é a luminosidade produzida quando a eletricidade é lançada de uma nuvem e o trovão é o som do relâmpago. A velocidade da luz é 100 mil vezes mais rápida que a do som; a luz viaja a 300 mil quilômetros por segundo, enquanto o som viaja a 345 metros por segundo. Desta forma, vemos primeiro a luz, que é mais rápida, e depois vem o som, que não é tão veloz.



Marés

As marés são provocadas pela força de atração da Lua e em menor escala do Sol. Quando a maré está em seu ápice chama-se maré alta, maré cheia ou preamar; quando está no seu menor nível chama-se maré baixa ou baixa-mar. Em média, as marés oscilam em um período de 12 horas e 24 minutos. Doze horas devido à rotação da Terra e 24 minutos devido à órbita lunar.

Gillette

A primeira lâmina de barbear foi criada em 1895 pelo americano King C. Gillette (1855-1932), um comerciante que queria inventar um produto de largo uso entre as pessoas, mas que também pudesse ser usado, jogado fora e comprado novamente. A ideia surgiu enquanto se barbeava com navalha. Sua ideia só chegou ao mercado seis anos depois, vendendo 90 mil lâminas nos primeiros três anos.



Se teu chefe te pegar dormindo no trabalho, escolha:

- Z** Eu estava usando meu banco de horas;
- Z** Por que você me interrompeu? Eu estava quase chegando numa solução para o nosso maior problema;
- Z** Eu estava verificando se meu teclado é resistente a baba;
- Z** Eu não estava dormindo! Eu estava meditando sobre a missão da empresa e tentando descobrir um novo paradigma;
- Z** Isto é só um cochilo de 15 minutos para recuperar as energias perdidas. Foi ensinado naquele curso de gerenciamento do tempo que vocês me mandaram fazer;
- Z** Eu estava em transe meditativo sobre o futuro financeiro da empresa e ao que parece temos muitos lucros com meus serviços.



Penicilina

Em 1928, enquanto estudava o *Staphylococcus aureus*, uma bactéria responsável pelos abscessos e várias outras infecções, o bacteriologista escocês Alexander Fleming, entrou em férias por alguns dias, deixando os seus recipientes de vidro com cultura. Ao retornar, notou que a tampa de um dos recipientes tinha escorregado e que a cultura tinha sido contaminada com o mofo da atmosfera. Fleming notou que o bolor crescera e as células do *Staphylococcus* tinham morrido. Verificou que o fungo *Penicillium*, segregava uma substância que destruía as bactérias. Surgiu a penicilina.



Com o frio...

O aparelho urinário passa a trabalhar mais, pois como no frio não se elimina líquido pelo suor, estes passam a ser eliminados pela urina. E por isso você faz mais xixi no frio.

O apetite aumenta, pois o organismo necessita de gordura, carboidratos e calorias para gerar energia. O coração sofre queda na frequência cardíaca e aumento da pressão sanguínea.

Água salgada

Durante milhares de anos, as águas das chuvas lavaram as rochas, dissolvendo uma parte dos sais que as constituem. As águas dos esgotos despejam anualmente milhões de toneladas de minerais nas fossas marinhas. As águas dos mares são mais salgadas que as águas continentais por causa da evaporação, que provoca uma salinização constante dos oceanos.



CURSOS

Bocaiúva do Sul



Artesanato

O Sindicato Rural de Bocaiúva do Sul promoveu no dia 16 de junho o curso de Flores. A turma de 10 participantes foi orientada pela instrutora Marli Ivete Bonatto e supervisionada pela pedagoga e técnica do curso de Artesanato, Cristina Maria Arruda Scheffer.

Japurá

Tarde recreativa

O Sindicato Rural de Japurá organizou no dia 8 de junho, um bingo para três turmas, duas do curso Mulher Atual e a outra de Desenvolvimento Comportamental (DC). A intenção do sindicato foi promover uma tarde festiva com muita descontração e motivar as participantes do evento. Os brindes foram doados pelo comércio local. Entre as participantes do curso Mulher Atual está a aposentada Tharcilla Dias de Godoy Rodrigues, que completou 91 anos no mês passado. A data foi comemorada com uma festa surpresa com a presença da turma. Durante a comemoração, o presidente do Sindicato Rural de Japurá, Luiz Carlos Frigo, afirmou que a participação de “Dona” Tharcilla é um exemplo e que não há idade para deixarmos de lutar pelos nossos ideais.

POSSE

Lobato

O Sindicato Rural de Lobato elegeu sua nova diretoria no dia 1º de julho. A chapa é composta por: Diogo Henrique Garcia dos Santos, presidente; Ademir Takatoshi Inoue, vice-presidente e Gilberto de Souza Luizão, como primeiro-secretário.

Nova Aurora

No dia 29 de junho foi reempossado o presidente do Sindicato Rural de Nova Aurora, Itacir Braun. Junto com ele, assumem: Osmar Arno Hubner, vice-presidente; Valdir Dionisio Stefanello, primeiro-secretário e Paschoal Ravazzoli, segundo-secretário.

Ortigueira



Patroleiro

O Sindicato Rural de Ortigueira promoveu, entre os dias 23 e 27 de maio, o curso de Patroleiro. Os 13 alunos foram orientados pelo instrutor Américo Toyota.

Francisco Beltrão



JAA

Alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), que estudam no Colégio Agrícola de Francisco Beltrão, adquiriram mudas de graviola no dia 20 de maio. O plantio e os tratos culturais foram orientados pela instrutora Nágila Lavorati.

Cerro Azul



Exponkan

No período de 10 a 12 de junho aconteceu, em Cerro Azul, a 46ª Festa da Laranja e 18ª Exponkan. No evento, o Sindicato Rural do município organizou a exposição dos frutos e montou um estande com fotos dos alunos que fizeram os cursos do SENAR-PR.

Palotina



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Palotina promoveu nos dias 8 e 14 de junho a entrega de certificados de conclusão para as 46 participantes do curso Mulher Atual. As duas turmas foram orientadas pela instrutora Elenice Parizotto Stremel. O diretor-secretário do sindicato, Rui José Sponchiado disse que o aproveitamento do curso foi excelente. “O objetivo do curso é despertar nas mulheres o interesse em desenvolver as potencialidades no âmbito pessoal, familiar e profissional. A mulher atualizada busca qualidade de vida, enfrenta novos desafios e transforma a sociedade em um mundo melhor”, avaliou.

Paiçandu



JAA

No dia 22 de junho, alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), de Paiçandu, acompanhados pela instrutora Patrícia Ferreira Pimentel, visitaram o Museu Dinâmico (MUDI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). No local, os alunos aplicaram na prática os conhecimentos adquiridos no curso e aprenderam sobre a anatomia do corpo humano.

Floresta



JAA

Alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) estiveram no dia 26 junho na propriedade dos irmãos Edson e Celso Komagomi, em Floresta. No local, acompanharam a principal atividade dos irmãos: bovinocultura de leite. Sob a orientação da instrutora Patrícia Ferreira Pimentel, a turma acompanhou a ordenha mecânica, a alimentação das matrizes e o teste de mastite.

Mandaguçu



Panificação

Nos dias 26 e 27 de maio, o Sindicato Rural de Mandaguçu, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), realizou o curso Panificação. Sob a orientação da instrutora Celeste de Oliveira Mello, a turma de 11 alunos aprendeu diversas receitas à base de trigo.



CURSOS SENAR-PR

São João



JAA

Os alunos do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) de São João participaram de uma palestra no Sicredi Iguazu sobre cooperativismo. A palestra foi ministrada pela assessora de Comunicação e Marketing da cooperativa, Kiara Vilmes. Além das orientações sobre sistemas de crédito os alunos conheceram a unidade da cooperativa. A visita foi orientada pela instrutora Nágila Lavorati.

Guarapuava



Manejo de gado de leite

Terminou dia 22 de junho o curso “Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Manejo de Gado de Leite”, promovido pelo Sindicato Rural de Guarapuava e SENAR-PR. O curso aborda desde os cuidados com o animal antes do parto até a forma correta do transporte do leite. Segundo o instrutor Itamar Cousseau, o objetivo é ensinar ao produtor rural o manejo correto do gado de leite, visando o lucro. As aulas também são realizadas a campo, com várias atividades práticas como ordenha, vacinação e manuseio de medicamentos.

Ivaté



Bovinocultura de leite

Numa parceria entre o Sindicato Rural de Ivaté, SENAR-PR e colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município foi realizado o curso de Bovinocultura de Leite, nos dias 12, 13 e 14 de junho. Sob a orientação do instrutor Juliano Botter, a turma de 12 alunos adquiriu mais conhecimento na área em que está atuando. O curso foi mais um sucesso e demonstra que as parcerias dentro do município fazem a diferença.

Maringá



Derivados do milho

Nos dias 4 e 5 de julho o Sindicato Rural de Maringá, através de sua Extensão de Base de Itambé, em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Itambé ofereceu o Curso de Derivados do Milho. O curso foi ministrado pelo instrutor Sérgio Kazuo Kawakami e teve a participação de 15 alunas. As participantes aprovaram o curso e já estão se preparando para colocar em prática as receitas que aprenderam.

Lixões, os vilões do aquífero (Fonte: ANA/Valor Econômico)

A Agência Nacional de Águas (ANA) contratará um estudo para avaliar regionalmente a vulnerabilidade do aquífero Guarani à contaminação e para definir medidas de proteção dessas águas subterrâneas. Um estudo de vulnerabilidade feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em março, mostrou que o maior vilão do aquífero são lixões desativados.

O aquífero Guarani se estende por 1.100 mil km², 800 mil deles no Brasil. A análise, que será feita no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, deve durar dois anos. Segundo o gerente de águas subterrâneas da ANA, Fernando de Oliveira, o trabalho deverá ser usado pelos estados para a gestão de recursos hídricos subterrâneos. Além de avaliar a contaminação das águas, o estudo deve fazer um mapa de fontes potenciais de poluição.

Genoma da batata (Fonte: Nature)

Um consórcio de cientistas internacionais conseguiu pela primeira vez decodificar o genoma da batata. A descoberta poderá contribuir para o melhor desenvolvimento das lavouras e impulsionar a produção do tubérculo. A informação foi publicada na respeitada revista científica Nature. Os pesquisadores identificaram que a planta, terceiro alimento básico mais importante, tem pelo menos 39 mil genes, quase o dobro do que um ser humano.

Em entrevista à BBC, o professor Iain Gordon, do James Hutton Institute, no Reino Unido, afirmou que com a descoberta novas variedades mais nutritivas de batatas, e também mais resistentes a doenças poderão ser criadas. Segundo ele, essa poderá ser uma contribuição para ajudar a atender a demanda crescente por alimentos no planeta. Uma nova variedade, porém, dificilmente surgirá antes de dez anos. “O mais importante no projeto foi encontrar os genes”, disse o geneticista Jiming Jiang, da University of Wisconsin-Madison, um dos 20 cientistas que participaram no projeto.

Menos glúten no trigo (Fonte: ISAAA / CIB)

Uma equipe espanhola do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), liderada por Javier Gil-Humanes, conseguiu com sucesso diminuir a expressão do glúten no trigo.

A notícia é especialmente relevante aos portadores de doença celíaca, uma desordem digestiva que atinge 1 em cada 133 indivíduos. A enfermidade afeta o intestino delgado de pessoas geneticamente predispostas, e é induzida pela ingestão de alimentos que contêm glúten (contido no trigo, na cevada e no centeio). Até agora, não há cura. Os celíacos devem evitar alimentos que contenham essa proteína, a exemplo de pães, massas e cervejas.

A continuidade dos estudos poderá, no futuro, levar à produção de pães e massas que possuam quantidades irrisórias de glúten, mantendo a qualidade do alimento feito com base em variedades de trigo convencionais.

EXPEDIENTE



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

28 de julho

Dia do Agricultor

Convencionou-se que o próximo dia 28 é o Dia do Agricultor, mas todo dia é dia do produtor rural.

Espalhadas pelo território brasileiro existem 5.181.645 propriedades, que alimentam 190 milhões de brasileiros e milhões pelo mundo afora.

A agricultura ainda controla a inflação e garante a balança comercial com as exportações.

Como resposta ao que a agricultura oferece ao país, os produtores tem a ameaça de um Código Florestal que está em discussão no Senado Federal. E que pode praticamente inviabilizar as pequenas propriedades.

A FAEP, todos os dias, homenageia os produtores pela consciência e respeito que dedicam a este país.

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável